



A ESPECIFICIDADE DO ENSINO PORTUGUÊS NA BERMUDA

Como é do conhecimento de muitos, o número de portugueses e luso-descendentes a residir permanentemente ou temporariamente na Bermuda é bastante significativo, se tivermos em consideração que dos mais de 65,000.00 habitantes que vivem neste território, 17% são portugueses ou de origem portuguesa (cerca de 11500), maioritariamente açorianos. Talvez por este facto, se justifique que para além do inglês (língua predominante), uma das línguas mais faladas seja o português – curioso é o facto de que até algumas máquinas multibanco (ATM) apresentem a informação em inglês e português.

Neste sentido, também o número de crianças e jovens portugueses e luso-descendentes a residir na Bermuda é bastante significativo, o que leva à necessidade de criar um espaço que permita a estas crianças e jovens conhecer ou preservar o conhecimento das suas origens, tanto ao nível Linguístico como Cultural.

Por muito conhecimento que um aluno, que viveu durante anos na Bermuda tenha da Língua Portuguesa, considero que o domínio nunca será o suficiente para acompanhar com êxito o nosso programa curricular, não tanto ao nível da leitura, mas principalmente ao nível da compreensão, da interpretação e da escrita.

Assim, a Escola Portuguesa da Bermuda, no âmbito da disciplina de “Língua e Cultura Portuguesa”, foi um dos meios encontrados por entidades da nossa comunidade para dar a conhecer Portugal e a Língua Portuguesa”, pelo que esta tem vindo a desenvolver continuamente diversas actividades curriculares e extra-curriculares que fazem cumprir o objectivo de dar a conhecer muitos dos aspectos Linguísticos e Culturais que nos caracterizam.

Contudo, a especificidade do ensino de Português na Bermuda leva-me à necessidade de focar vários aspectos que, a meu ver, estão a condicionar o sucesso da aprendizagem do “saber Português”.

Antes de desenvolver esses aspectos, gostaria, primeiro, de fazer uma breve caracterização da escola, quer ao nível da estrutura, quer ao nível do seu funcionamento.

Actualmente, a escola funciona sob a responsabilidade e financiamento do Clube Vasco da Gama que é uma associação portuguesa de beneficência, única portuguesa na Bermuda, actualmente. Esta associação, também ela foi criada com o objectivo de fomentar e difundir a cultura portuguesa, sendo o vínculo de união entre “a família portuguesa” residente na Bermuda, particularmente, entre os seus membros.

Ora, a Escola Portuguesa da Bermuda, sendo um meio de difusão da Língua e Cultura Portuguesa, tem sido, desde há muito, uma das grandes apostas do Clube e, anteriormente, da Associação Cultural Portuguesa, sua criadora, com o objectivo de promover, nas crianças e jovens portugueses e luso-descendentes, o desenvolvimento de um conjunto de competências Linguísticas, Sociais e Culturais que lhes permitam conhecer e/ou preservar o conhecimento das suas origens, independentemente, dos seus projectos para o futuro passarem ou não pelo regresso a Portugal. Mais se incluem crianças e jovens bermudianos que, pelo convívio que têm com a nossa comunidade, também mostram interesse no “Saber Português” e conosco comunicar, na nossa língua.

A escola, por sua vez, está dividida em seis turmas correspondentes aos seis anos de escolaridade por que é

composta, abrangendo crianças e jovens com idades compreendidas entre os cinco e os quinze anos. Para além do Director da Escola, do professor e dos alunos, a escola conta ainda com outros intervenientes, nomeadamente, a comissão de pais e outros elementos que, incondicionalmente, apoiam a escola na organização e realização de festas e eventos culturais, não só para dar a conhecer as nossas Língua e Cultura, mas também para angariar fundos de forma a suportar as despesas a que a escola obriga. Saiba-se, também, que sendo esta escola oficializada – reconhecida pelo Governo Regional dos Açores – podemos também contar com o apoio da Direcção Regional das Comunidades, na atribuição de subsídios e cedência de materiais, à qual, desde já, agradeço em nome de toda a Escola.

Por sua vez, devido à residência temporária (de média ou longa duração) ou permanente, todas estes alunos estão integrados no sistema de ensino britânico, restando-lhes pouco tempo para frequentar a disciplina de Língua e Cultura Portuguesa. Assim, tendo em consideração o horário a que o ensino local obriga, o funcionamento da Escola Portuguesa está organizado em dezoito horas semanais, tendo cada uma das seis turmas duas aulas por semana com uma duração de uma hora e meia por aula.

Não sendo reconhecida pelo governo local, a disciplina de LCP acaba por ser complementar e, acima de tudo, opcional, sendo apenas frequentada por alunos que tenham interesse e vontade em aprender a sua “língua de origem”. É claro que, nalguns casos, esse interesse parte dos pais, principalmente, daqueles que valorizam a nossa língua ou, então, talvez pelo facto de saberem que um dia vão regressar a Portugal (Açores) e que é imprescindível que os seus filhos saibam falar, ler e escrever português.

Considero, pois, que uma das maiores vantagens da Escola Portuguesa da Bermuda é a reiterada prática da língua, principalmente, ao nível da oralidade, ao permitir aos alunos a aquisição de, por um lado, novo vocabulário e, por outro, conhecimento de muitos casos de estrutura e funcionamento da língua.

Se olharmos para o dia-a-dia das crianças e jovens portugueses ou luso-descendentes que aqui vivem, verificamos que, durante a maior parte do dia, a língua que mais falam e ouvem é o inglês, seja na escola, seja no convívio com os seus pares ou, muitas vezes, em casa, principalmente, se tiverem irmãos. Neste sentido, a língua portuguesa só é praticada aquando do diálogo com os pais (e não são todos) ou nas aulas de LCP.

Quero, ainda, chamar a atenção do leitor para os casos em que, fora o inglês, o português que a criança aprende (principalmente em casa) é o inglês “aportuguesado” que não é nem uma coisa nem outra. Isto deve-se ao facto de que muitas pessoas, quando emigraram para a Bermuda, não tinham conhecimento da língua (inglês) e, para poderem “desenrascar-se”, foram adquirindo vocabulário, à partida inglês, usando-o exactamente da forma como o percebiam. Como tal, foram surgindo vocábulos como “estôa” (store = loja, mercearia), “ofas” (office = escritório), “deri” (daddy = pai), entre muitas e muitas outras. É certo que muitos destes vocábulos foram transmitidos para os filhos que acabam por os entender como vocabulário português, fazendo parte da linguagem corrente. Imaginem, senhores leitores, a árdua tarefa do professor em eliminar estas concepções alternativas, o que acaba por deixar os alunos ainda mais confusos!

Por outro lado, com o passar do tempo, fui-me apercebendo de que o currículo do ensino local pouco ou nada contempla o ensino de regras da estrutura e funcionamento da língua (pelo menos nos anos lectivos correspondentes às idades que a escola portuguesa abrange), tornando a aprendizagem da língua portuguesa ainda mais difícil, porque, não tendo bases a este nível, mais difícil é para os alunos construir a sua aprendizagem relativamente à estrutura e funcionamento da nossa língua, que são bem complicados!

Outro facto que gostaria de realçar, e que, na minha opinião, é uma das principais condicionantes ao sucesso de aprendizagem, está relacionado com o período em que as aulas de LCP são dinamizadas. Como o leitor já deve ter percebido, o número de horas disponibilizadas para esta disciplina é bastante reduzido, mas, mais grave, é a hora a que tem lugar: durante os dias úteis, as aulas de LCP são dinamizadas entre as dezasseis e as dezanove horas, o que pressupõe que os alunos só frequentam esta disciplina após o seu horário lectivo contemplado pelo ensino local. Ora, depois de passar um dia na escola, qual será a motivação dos alunos para frequentarem a escola portuguesa, se tivermos em conta que a sua capacidade de atenção e de concentração é bastante reduzida? Considero, pois, que este factor estará de certo a condicionar a aprendizagem dos alunos e, de certa forma, a tirar-lhes o gosto pela aprendizagem da língua e cultura portuguesa, pois, porque a sua vontade, àquela hora, era a de estar em casa a ver

televisão ou na internet!

É claro que também é da responsabilidade do professor promover actividades mais dinâmicas, principalmente lúdicas, que apelem ao interesse do aluno, mas, mesmo assim, é um esforço redobrado de ambas as partes!

Não é minha intenção, de forma alguma, desvalorizar o ensino português na Bermuda, nem quero que o leitor assim o interprete, apenas quero alertar para que a falta de interesse ou motivação de

algumas crianças e jovens em frequentar a escola portuguesa ou até mesmo o pouco aproveitamento escolar (domínio da Língua) que elas possam apresentar não se justifique pela sua incapacidade de aprendizagem ou por falta de gosto pelas suas Origens, mas, sim, pelas condições em que esta aprendizagem é feita. É preciso salientar que também cabe aos pais, como intervenientes educativos, promover situações que despertem nos filhos o gosto pelo “Saber Português”.

Por outro lado, uma questão que me tem preocupado bastante está relacionada com o regresso (voluntário ou obrigatório) de muitos alunos a Portugal (maioritariamente Açores), no que diz respeito à sua integração e adaptação, não só às escolas, mas, sobretudo, ao nosso sistema de ensino e às leis que o norteiam.

Por muito conhecimento que um aluno, que viveu durante anos na Bermuda, tenha da Língua Portuguesa, considero que o domínio nunca será o suficiente para acompanhar com êxito o nosso programa curricular, não tanto ao nível da leitura, mas principalmente ao nível da compreensão, da interpretação e da escrita. Quando o digo, refiro-me também àqueles alunos que sempre mostraram um bom aproveitamento escolar face ao currículo britânico.

Acredito, pois, que há quem atribua essa responsabilidade aos pais, que deveriam ter pensado nesta questão antecipadamente. Contudo, o objectivo não é procurar culpados, mas, sim, encontrar respostas e soluções. É, de facto, uma tarefa difícil para os intervenientes educativos e, num modo geral, para o sistema.

Que medidas e/ou estratégias estão ou deverão ser tomadas? Em que turmas deverão ser estes alunos integrados, tendo em consideração a sua idade e o conhecimento tanto linguístico como científico que já possuem? Que equivalências entre currículos?

De certa forma, considero que estes alunos acabam por ter necessidades educativas especiais, no sentido lato do termo.

Até que ponto as escolas, enquanto instituições, estão sensibilizadas para esta situação, no sentido de criarem condições que promovam condições para o sucesso escolar destes alunos, sem lhes desperdiçar a “bagagem” de conhecimento que já possuem?

Estas são todas uma série de questões que reflectem a especificidade do ensino do “Português” na Bermuda e, para as quais todos devemos estar sensibilizados, pois, também a componente sócio-afectiva é afectada, não só para os que voltam, mas também para os que já lá estão!

Ao fim e ao cabo, cá ou lá, o nosso sangue é lusitano!



RICARDO PRATAS

Professor de Português na escola do Clube Vasco da Gama (Bermuda)